

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

N. 117236

O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA, Organismo Internacional com personalidade jurídica de direito público externo e Representação no Brasil no SHIS QI 05, Chácara 16, Lago Sul, Brasília – DF, representado neste ato pelo Sr. **JORGE HERNÁN CHIRIBOGA PAREJA**, inscrito no passaporte n.: 33674/OEA, doravante denominado CONTRATANTE; e o(a) Sr(a). **DANIEL VIEIRA MINEGATTI DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador(a) da Carteira de Identidade n. 10084206 emitido(a) por SSP/MG e CPF n. 052.971.026-93, residente e domiciliado(a) em PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS, 1076/16, SANTO ANTÔNIO, JOINVILLE/SC, CEP 89218-000, doravante denominado(a) CONTRATADO(A); resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto o cumprimento, pelo(a) CONTRATADO(A), dos serviços especificados no Termo de Referência n. TR/PF/IICA-7903 anexo, que é parte integrante deste instrumento, a pedido e com a autorização da Instituição Nacional Executora para execução das atividades previstas no Projeto de Cooperação Técnica Internacional **BRA/IICA/14/004**.
- 1.2. Diretrizes aplicáveis: Seleção e Contratação de Consultores por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID por parte dos Mutuários do Banco Mundial, datadas de janeiro de 2011 e disponíveis em www.worldbank.org/procure

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATO

- 2.1. O(A) CONTRATADO(A) será considerado(a) para fins deste contrato como prestador(a) de serviços de consultoria, devendo atuar em absoluto estado de autonomia e sem qualquer subordinação laboral, não ensejando qualquer vínculo empregatício com a Instituição Nacional Executora ou com o IICA.
- 2.2. O(A) CONTRATADO(A) é único(a) e exclusivamente responsável pelas informações proporcionadas ao CONTRATANTE referentes às suas qualificações de pessoa física e trajetória profissional, inclusive, sobre eventuais impedimentos legais não informados à Instituição Nacional Executora e ao CONTRATANTE na assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

3.1. O(A) CONTRATADO(A) obriga-se a executar, no âmbito do projeto, os serviços especificados no Termo de Referência anexo.

3.2. O(A) CONTRATADO(A) obriga-se a realizar os serviços e apresentar os produtos gerados em razão deste contrato, para análise, aprovação e autorização de pagamento pela Instituição Nacional Executora, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e elaborados seguindo as orientações do **Manual para Apresentação de Relatórios Técnicos, Produtos e Consultoria do IICA**, disponível para download através do endereço eletrônico <http://www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/manual-para-apresentacao-de-relatorios-tecnicos-produtos-e-consultoria/>, sendo estas condições indispensáveis para o recebimento do pagamento respectivo, pelo CONTRATANTE.

3.3. O(A) CONTRATADO(A) ficará responsável pelos pagamentos dos impostos, taxas, encargos e outros tributos perante o Governo Brasileiro, decorrentes das importâncias recebidas em função deste contrato.

3.4. O(A) CONTRATADO(A) declara conhecer e aceitar os procedimentos para o pagamento dos honorários, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações perante o governo brasileiro, segundo as leis vigentes e as futuras que possam produzir-se.

3.5. Os direitos e obrigações do(a) CONTRATADO(A) estão estritamente limitados aos termos e condições deste contrato, não tendo direito a quaisquer benefícios, pagamentos, subsídios, compensações ou planos de pensão da Instituição Nacional Executora e do IICA, exceto aqueles aqui expressamente estabelecidos.

3.6. O(A) CONSULTOR(A) terá como sede de trabalho a cidade de(o) **BRASÍLIA - DF - BRASIL**

CLÁUSULA QUARTA – DOS HONORÁRIOS

4.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A), a título de honorários, pelos serviços estipulados neste contrato, a quantia total de **R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, ficando os pagamentos condicionados à disponibilidade financeira do Projeto.

4.2. Os honorários serão pagos em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, condicionados à entrega e aprovação dos produtos pela Instituição Nacional Executora.

4.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter o pagamento do CONTRATADO(A), quando os produtos entregues não corresponderem ao exigido no Termo de Referência, até que seja suprida



a pendência apontada.

4.4. As demais despesas necessárias à realização dos serviços de consultoria ora contratados serão pagas ao Consultor de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato passará a vigorar no dia 18 de Outubro de 2017 e terá seu término em 17 de Outubro de 2018, sem prejuízo do item 5.2.

5.2. Este contrato só terá validade quando assinado pelas duas partes. Nenhuma atividade incluída nos Termos de Referência poderá ser iniciada antes da assinatura do presente contrato, pelas duas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MODIFICAÇÕES

As modificações neste contrato, somente serão válidas, se realizadas em termo aditivo, mediante solicitação formal da Instituição Nacional Executora, sujeita à concordância das PARTES e observadas a legislação e normas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, mediante notificação escrita, com antecedência de 15 (quinze) dias corridos, quando ocorrerem as seguintes causas:

- a) por iniciativa das partes;
- b) por força maior ou caso fortuito;
- c) por descumprimento das obrigações definidas neste contrato;
- d) por conduta imprópria do CONTRATADO(A).

7.2. A rescisão deste contrato ensejará a imediata cessação dos pagamentos, respeitadas as atividades em curso, desde que não seja possível sua extinção imediata.

7.3. Recebida a notificação as partes definirão as pendências e as responsabilidades pela conclusão ou encerramento das atividades, inclusive pagamento ou devolução de recursos.



CLÁUSULA OITAVA – DA SUPERVISÃO

A supervisão, o acompanhamento dos serviços de consultoria e a aprovação dos Produtos objeto deste Contrato, estarão a cargo da Instituição Nacional Executora e do CONTRATANTE, de acordo com definições do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

O CONSULTOR não revelará a qualquer pessoa, governo ou outra entidade externa ao Projeto quaisquer informações consideradas sigilosas referentes ao desempenho de suas funções, exceto as requeridas para a execução das tarefas que lhe foram atribuídas ou expressamente consentidas, independente do término deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DO CONTRATANTE

Nenhuma das provisões deste Contrato deve ser interpretada como renúncia implícita ou explícita de quaisquer imunidades, isenções ou outros privilégios dispensados ao IICA por força de Tratado e Convenção Internacional, Lei ou Decreto de caráter nacional ou de qualquer outra natureza.


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FRAUDE E CORRUPÇÃO

Caso esse contrato seja financiado em parte ou integralmente pelo Banco Mundial, as seguintes cláusulas são aplicáveis:

A Banco Mundial exige que os Receptores de Empréstimos ou Doação (inclusive os beneficiários dessas doações), bem como as Contratadas em contratos por ele financiados, observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução desse contratos. Em consequência desta política, o Banco Mundial:

a) Define, para os propósitos desta cláusula, os termos estabelecidos abaixo:

(i) **“prática corrupta”** significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de



influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(ii) **“prática fraudulenta”** significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(iii) **“prática colusiva”** significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais Concorrentes, com ou sem o conhecimento do Receptor do empréstimo ou doação, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(iv) **“prática coercitiva”** significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

(v) **“prática obstrutiva”** significa;

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco Mundial de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco Mundial de promover inspeção ou auditoria.

(b) Cancelará a parcela do empréstimo ou doação relativa ao contrato se, a qualquer momento, comprovar a prática corrupta, fraudulenta, colusiva ou coercitiva por parte dos representantes do receptor do empréstimo ou doação ou dos beneficiários da doação no decorrer da licitação ou da execução do contrato, sem que o receptor do empréstimo ou doação tenha tomado as medidas necessárias e apropriadas, satisfatórias ao Banco Mundial, para remediar a situação; e

(c) Aplicará sanções à empresa ou a uma pessoa física, inclusive declarando-a inelegível para a adjudicação de contratos financiados pelo Banco Mundial, indefinidamente ou por prazo determinado, se em qualquer momento comprovar o envolvimento da empresa ou da pessoa física, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou



coercitivas, no decorrer da competição ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial;

2- As Contratadas deverão permitir que o Banco Mundial e/ou pessoas indicadas pelo Banco Mundial possam inspecionar suas contas e arquivos relacionados com a apresentação da proposta e à execução do contrato e permitir que estas contas e arquivos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial se esse assim exigir.

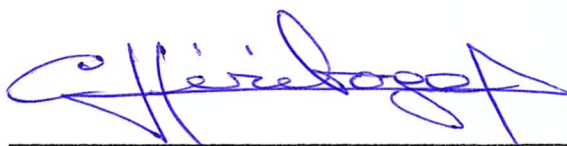
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

12.1. Quaisquer conflitos originados da interpretação ou execução do presente contrato, que não possam ser resolvidos amigavelmente entre as partes, deve ser objeto de arbitragem.

12.2. O painel de arbitragem será composto de três membros, designados da seguinte forma: um pela Instituição Nacional Executora, um pelo CONTRATANTE e um pelo CONTRATADO(A).

Estando assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, o CONTRATANTE E O CONTRATADO(A), na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Brasília - DF, 18 de Outubro de 2017.

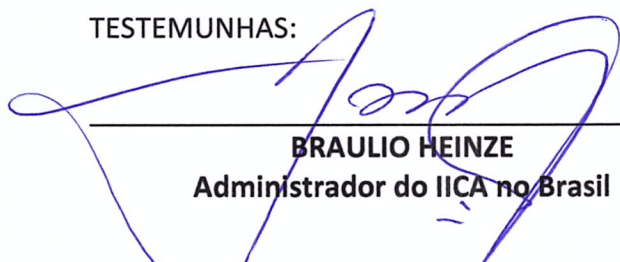


HERNÁN CHIRIBOGA
Representante do IICA no Brasil



DANIEL VIEIRA MINEGATTI DE OLIVEIRA
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:



BRAULIO HEINZE
Administrador do IICA no Brasil



ADRIEL RODRIGUES DE ASEVEDO
Área de Consultoria - PF



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL**

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA
INTERÁGUAS**

**ACORDO DE EMPRÉSTIMO 8074-BR
BANCO MUNDIAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL
PARA ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA NORMA LEGAL DO CNRH SOBRE USO
RACIONAL E REUSO DA ÁGUA**

Maio/2017

Dois assinaturas manuscritas em azul, uma mais legível e outra mais abstrata, localizadas no canto inferior direito da página.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo Geral

Consultoria técnica individual para elaboração de subsídios técnicos para norma legal do CNRH sobre uso racional e reuso de água, utilizando-se como base as categorias de uso Industrial, Agrícola e Doméstico.

1.2. Objetivos Específicos

- Consolidação do material resultante de reuniões e oficinas, no âmbito da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTCT/CNRH), sobre uso racional e reuso de água;
- Súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reuso de água relacionados aos projetos nacionais e internacionais, às referências técnicas e científicas e aos normativos legais; e
- Proposta de subsídios técnicos para norma legal sobre uso racional e reuso de água a ser discutida no âmbito do CNRH.

2. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS originou-se da necessidade de se buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, criando um ambiente integrador no qual seja possível aumentar a capacidade institucional e de planejamento do setor, de maneira a contribuir para uma implementação mais harmônica de políticas e investimentos públicos que têm na água seu elemento principal.

O Programa é financiado com recursos do Acordo de Empréstimo 8074-BR Programa INTERÁGUAS, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, e caracteriza-se pela assistência técnica, com foco voltado ao planejamento, à gestão, ao fortalecimento institucional, à elaboração de estudos e projetos, dentro do contexto intersetorial de utilização da água. A contratação se insere no Componente 1 – Gestão de Recursos Hídricos do Programa INTERÁGUAS”.

Para realização do acordo de empréstimo, o MMA firmou o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que resultou no Projeto PCT/BRA/IICA/14/004 “Aprimorar a Implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos e seus Usos Múltiplos”. Esta ação está enquadrada no Objetivo Imediato 1 – Aprimorar a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil, e no Produto 1.2. Subsídios técnicos para o Aprimoramento dos Instrumentos da PNRH elaborados.

3. CONTEXTO E ANTECEDENTES

Entre os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) está a utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), no que se refere ao Programa VI: Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, inclui o Subprograma VI.2: Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reuso de água.

Neste contexto, ressalta-se que o reuso de água se constitui em prática de racionalização e de conservação de recursos hídricos, conforme princípios estabelecidos na Agenda 21.

A Resolução do CNRH nº 54, de 28 de novembro de 2005 já estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água. Já a Resolução do CNRH nº 121, de 16 de dezembro de 2010, estabelece diretrizes e critérios para a prática de reuso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal.

Portanto, a regulamentação sobre o reuso de água encontra-se em curso no Brasil, mas ainda é necessário seu aprimoramento para as diferentes modalidades, incluindo o reuso doméstico, bem como políticas públicas que institucionalizem e fomentem a prática de uso racional e de reuso no Brasil.

Neste contexto, a “Ampliação das modalidades de Reuso de água e racionalização do uso” foi definida como um dos temas prioritários a ser tratado pelo CNRH, que atribuiu à Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT/CNRH) a responsabilidade pelo estudo e discussão para uma possível regulamentação desta matéria.

Vale salientar que existem projetos em andamento no âmbito do Governo Federal que visam estabelecimento de políticas relacionadas ao reuso de efluente sanitário tratado e para a redução de perdas em sistemas de abastecimento, no âmbito do Interágua e coordenado pelo Ministério das Cidades¹, bem como Acordos de Cooperação Técnica entre instituições para o desenvolvimento de programas conjuntos de incentivo ao uso eficiente da água na agricultura irrigada², e para o estímulo ao uso racional da água na indústria³. Portanto, faz-se necessário este estudo complementar a todas iniciativas em curso sobre uso racional e reuso da água visando organizar as experiências em uma publicação que possa orientar de forma objetiva as políticas e regulamentações necessárias, considerando de forma mais abrangente todas modalidades e metodologias para o uso racional e a reutilização de água na indústria, na agricultura e no ambiente doméstico.

Assim, a CTCT/CNRH já realizou duas Oficinas de Trabalho sobre uso racional e reuso de água, uma com foco para a indústria e outra com foco para a categoria agrícola, com programação de mais uma Oficina de Trabalho sobre o tema, com enfoque para o uso racional e reuso doméstico da água. Portanto, resta o trabalho final de consolidação de todas as informações resultantes destas oficinas de trabalho e reuniões da Câmara Técnica, em conjunto com as experiências provenientes das demais iniciativas em andamento, tanto de projetos quanto de normativos legais existentes e propostas legislativas, de forma a orientar possíveis regulamentações da matéria no âmbito do CNRH, além de constituir um material de referência nacional sobre o tema.

4. ABRANGÊNCIA

O produto final do presente trabalho deverá ter abrangência nacional, uma vez que servirá de referência sobre o tema uso racional e reuso de água para órgãos gestores e usuários de recursos hídricos, bem como para toda a sociedade brasileira.

¹ <http://www.iicabr.iica.org.br/pessoa-juridica/>

² http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12449

³ http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=13073

5. JUSTIFICATIVA

A Resolução do CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que “Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para 2016-2020”, diz respeito à revisão das prioridades do PNRH. Este processo de revisão envolveu consultas públicas e um trabalho intenso do Conselho, que resultou na deliberação por meio desta Resolução aprovando as 16 prioridades, que se desdobram em ações e metas, com a indicação dos seus respectivos executores e parceiros/interlocutores, além da definição de prazos para seu cumprimento. Destaca-se a 15ª Prioridade do PNRH para 2016-2020, que é “Desenvolver ações para a promoção do uso sustentável e reúso da água”, que inclui a Meta de “Definir diretrizes e critérios para o uso sustentável e reúso da água”, tendo como executor a CTCT/CNRH, parceiros e interlocutores o Ministério das Cidades (MCidades) e o Ministério da Saúde (MS), e com prazo até dezembro de 2018.

Como já contextualizado no item 3, a CTCT/CNRH vinha trabalhando no tema por meio de reuniões e oficinas de trabalho, considerando o Programa VI do PNRH, aprovado em 2006, e o tema prioritário estabelecido pelo CNRH para esta Câmara Técnica. Salienta-se que as oficinas de trabalho sobre uso racional e reúso de água na indústria e na agricultura contaram com a participação de diversos especialistas e representantes de empresas e organizações que apresentaram as experiências em projetos de uso racional e reúso de água no Brasil, assim como suas análises e percepções sobre normas legais que têm interface com o tema. Assim, os resultados das oficinas de trabalho e reuniões da CTCT/CNRH que trataram sobre o tema uso racional e reúso de água, inclusive da oficina de trabalho que está programada com enfoque no uso racional e reúso doméstico de água, constituem uma densa quantidade de informações extremamente relevantes que precisam ser sistematizadas e consolidadas em um material passível de originar uma publicação, que se constituirá em importante referência para impulsionar o uso racional da água e o reúso no Brasil.

Além disso, existem outras experiências e iniciativas nacionais e internacionais sobre o tema, bem como normativos legais (leis, decretos, resoluções etc.) federais, estaduais e municipais, que devem ser considerados em um material de referência sobre o assunto, contribuindo também com subsídios importantes para uma possível regulamentação sobre a matéria pelo CNRH.

Portanto, faz-se necessária a contratação de uma consultoria com experiência na realização de pesquisas e publicações técnicas e científicas nas áreas de recursos hídricos ou saneamento, com capacidade de compilação e identificação das informações relevantes tratadas nas oficinas e reuniões da CTCT/CNRH, em normativos legais e em referências técnicas e científicas sobre o tema, de forma que essas informações possam ser devidamente organizadas em um material de referência.

6. DIRETRIZES DE TRABALHO

As diretrizes deste trabalho são:

- i. Prioridade deve ser dada a políticas públicas e regulamentações que incentivem a prática do uso racional e reúso de água;

- ii. O uso racional da água é prioritário, sendo que o reuso de água constitui em prática de racionalização e de conservação de recursos hídricos, conforme princípios estabelecidos na Agenda 21;
- iii. Para o reuso direto não potável de água, devem ser consideradas as diretrizes estabelecidas na Resolução CNRH nº 54/2005 e na Resolução CNRH nº 121/2010;
- iv. Caráter de complementariedade, ou seja, devem ser consideradas as iniciativas em curso e as já realizadas (estudos, regulamentações, leis e propostas legislativas), no âmbito dos órgãos das três esferas de governo, que tenham relação com o uso racional e reuso de água considerando as categorias Industrial, Agrícola e Doméstico;
- v. O uso racional deve contemplar as águas superficiais e subterrâneas, incluindo a gestão da oferta e da demanda por água;
- vi. A gestão da oferta de água é feita por intermédio da ampliação e da racionalização por meio incentivo a medidas, tais como aproveitamento de água de chuva, reuso da água e redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento, devendo-se considerar as especificidades socioambientais, a inovação e a modernização de processos tecnológicos e a utilização de práticas operacionais sustentáveis;
- vii. A gestão da demanda por água deve considerar a otimização e a racionalização do uso da água, por meio da redução do consumo e da geração de efluentes, assim como as necessidades de modificação e adequação dos padrões de consumo e variáveis do uso e da ocupação do solo; e
- viii. As referências e demais fontes de informações utilizadas deverão ser devidamente citadas seguindo os padrões da ABNT (NBR 6023/2002). As fontes de informação (apresentações/palestras nas oficinas da CTCT/CNRH) deverão ser consultadas quanto à adequação e autorização prévia pelos autores para sua publicação.

As diretrizes “i” a “v” são derivadas das discussões ocorridas na CTCT/CNRH e do acompanhamento de projetos em andamento no âmbito do Governo Federal. Já as diretrizes vi e vii são definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

7. PRODUTOS/RELATÓRIOS PREVISTOS

Em cada Produto/Relatório deverão constar: a descrição de todas as atividades realizadas, as metodologias envolvidas, eventuais críticas às metodologias utilizadas e os resultados alcançados, deverão também ser citadas as fontes das informações, dados, relatórios e estudos utilizados na elaboração dos produtos, além de outros tópicos solicitados no item 8, especificamente.

Os Produtos/Relatórios serão considerados como referência do cumprimento das atividades exigidas dentro do prazo estabelecido, bem como da qualidade dos serviços realizados.

A análise de tais documentos irá referendar ou não os trabalhos executados, podendo, caso necessário e antes da aprovação, ser solicitada a revisão ou reformulação de conteúdo, conforme especificado no item 14.

As atividades descritas no item 8, a serem executadas ao longo desta consultoria, levarão à elaboração dos seguintes Produtos:

- **Produto 1 - Consolidação de material da CTCT/CNRH sobre uso racional e reuso de água**

Relatório técnico resultante da análise do material derivado das reuniões e oficinas (atas e áudios) da CTCT/CNRH.

O detalhamento das atividades necessárias à elaboração desse produto consta no subitem 8.1.

- **Produto 2 - Súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reuso de água**

Relatório técnico, em formato de publicação, contendo a súmula dos conhecimentos resultantes das análises dos Projetos Nacionais (âmbito federal, estadual e municipal) e internacionais, incluindo experiências relatadas em artigos técnicos e científicos, passíveis de utilização no país, bem como a avaliação de normativos legais e técnicos (leis, decretos, resoluções, etc.) federais, estaduais e municipais sobre uso racional e reuso de água, considerando também os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

O detalhamento das atividades necessárias à elaboração desse produto consta no subitem 8.2.

- **Produto 3 - Proposta de subsídios técnicos para norma legal do CNRH sobre uso racional e reuso de água**

Relatório técnico com a síntese das análises dos Produtos 1 e 2, o qual deverá incluir como anexo uma proposta de subsídios técnicos para norma legal a ser discutida no âmbito do CNRH.

O detalhamento das atividades necessárias à elaboração desse produto consta no subitem 8.3.

8. ESCOPO DOS TRABALHOS E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Para a elaboração dos 3 (três) Produtos previstos no item acima, será necessária a realização das seguintes atividades essenciais:

8.1. Produto 1 - Consolidação do Material da CTCT/CNRH sobre uso racional e reuso de água

A consolidação do material derivado das reuniões e oficinas da CTCT/CNRH será resultante das seguintes atividades:

- Analisar atas de Reuniões da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT/CNRH), nas quais se discutiu sobre uso racional e reuso de água (insumo a ser fornecido pela Contratante);
- Analisar áudio de Oficina realizada pela CTCT/CNRH sobre uso racional e reuso de água, com foco no uso industrial (insumo a ser fornecido pela Contratante);

- Analisar áudio de Oficina realizada pela CTCT/CNRH sobre uso racional e reúso de água, com foco no uso agrícola (insumo a ser fornecido pela Contratante);
- Contribuir com a Contratante na organização da 3ª (terceira) Oficina (escolha de instituições a serem convidadas, elaboração da pauta a ser discutida, etc.), no âmbito da CTCT/CNRH, sobre uso racional e reúso de água, com foco no uso doméstico;
- Participar da 3ª (terceira) Oficina, no âmbito da CTCT/CNRH, sobre uso racional e reúso de água, com foco no uso doméstico;
- Analisar áudio da 3ª (terceira) Oficina, no âmbito da CTCT/CNRH, sobre uso racional e reúso de água, com foco no uso doméstico (insumo a ser fornecido pela Contratante);
- Fazer contato, caso necessário, com palestrantes das 3 (três) oficinas realizadas para dirimir possíveis dúvidas;
- Elaborar Relatório-Síntese com a consolidação do material da CTCT/CNRH sobre uso racional e reúso de água, contendo o resultado das análises realizadas acerca das atas de reuniões e dos áudios das três oficinas de trabalho da CTCT/CNRH; e
- Participar de reunião da CTCT/CNRH para apresentação do Relatório-Síntese, para a coleta e incorporação de contribuições finais.

Obs. 1: Ressalta-se que, entre os insumos a serem fornecidos pela Contratante, não se incluem as informações que serão alvo da pesquisa bibliográfica, cuja responsabilidade pela busca e organização será do(a) Consultor(a).

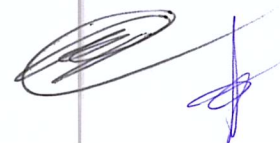
Obs. 2: A 3ª (terceira) Oficina será organizada e realizada pela Contratante, ao longo do serviço de consultoria, e deverá contar com a colaboração e participação do(a) Consultor(a).

Obs. 3: As análises que o(a) Consultor(a) realizará, deverão observar, dentre outros, os aspectos relacionados no ANEXO I.

8.2. Produto 2 - Súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reúso de água

Para elaboração do Produto 2, deverão ser realizadas as seguintes atividades:

- Analisar os normativos legais e técnicos vigentes que se relacionem com o tema uso racional e reúso de água, em âmbito internacional e federal, incluindo propostas legislativas em curso no âmbito da Câmara e do Senado Federal;
- Analisar os normativos legais vigentes que se relacionem com o tema uso racional e reúso de água, em âmbito estadual;
- Analisar os normativos legais vigentes que se relacionem com o tema uso racional e reúso de água, em âmbito municipal;
- Analisar artigos técnicos e científicos disponíveis relativos ao tema uso racional e reúso de água;



- Analisar Projetos Nacionais exitosos em âmbitos federal e estadual relativos à uso racional e reuso de água;
- Analisar Projetos Internacionais exitosos existentes em países como Japão, EUA, Alemanha, Israel e Austrália (dentre outros que forem identificados na pesquisa bibliográfica) relativos à uso racional e reuso de água, passíveis de utilização no país;
- Analisar materiais referentes a projetos em curso no âmbito do governo federal (insumo a ser fornecido pela Contratante);

Obs. 4: Ressalta-se que muitos dos normativos legais e técnicos em âmbito internacional, federal, e dos estados, bem como projetos nacionais e internacionais exitosos, já constam como objeto de análise em alguns projetos em curso no âmbito do Governo Federal, os quais deverão ser consultados. Portanto, este trabalho deverá apenas **complementar**, quando possível, as análises resultantes destes projetos. Como exemplos de projetos em curso no âmbito do Governo Federal, podem ser citados:

- ✓ Projeto “Elaboração de Proposta do Plano de Ações para Instituir uma Política de Reuso de Efluente Sanitário Tratado no Brasil”, coordenado pelo Ministério das Cidades (MCidades), com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com recursos oriundos do Acordo de Empréstimo Nº 8074-BR do Banco Mundial, por meio do Programa INTERÁGUAS;
 - ✓ Projeto “Gestão de perdas de água e no uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água”, também coordenado pelo MCidades, com o apoio do IICA e recursos do Programa INTERÁGUAS;
 - ✓ Acordo de Cooperação Técnica 002/2014 assinado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA), visando à cooperação mútua na promoção da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; e
 - ✓ Acordo de Cooperação nº 14/2016/ANA assinado entre a ANA e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e a Confederação Nacional da Indústria, visando a cooperação mútua na implementação de ações voltadas ao aumento da eficiência do uso da água pelo setor industrial e ao aprimoramento do gerenciamento de recursos hídricos.
- Estabelecer comparações e analogias importantes ao enriquecimento do conhecimento sobre o uso racional e reuso de água;
 - Gerar matriz comparativa entre normativos legais (internacionais, federais, estaduais e municipais), como suporte à definição de diretrizes gerais sobre uso racional e reuso de água;

- Gerar matriz comparativa entre projetos (internacionais, nacionais e em curso no âmbito do Governo Federal), como suporte à definição de diretrizes gerais sobre uso racional e reúso de água;
- Elaborar o Relatório Técnico da súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reúso de água, contemplando o resultado das análises e comparações realizadas; e
- Participar de reunião da CTCT/CNRH para apresentação do Relatório Técnico da súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reúso de água, para coleta e incorporação de contribuições finais.

Obs. 5: As análises e comparações que o(a) Consultor(a) realizará, deverão observar, dentre outros, os aspectos relacionados no ANEXO I.

Obs. 6: Salienta-se o caráter de **complementariedade** do presente trabalho, sendo imperativo que a Consultoria agregue às pesquisas, informações relevantes sobre projetos realizados e em curso e sobre os normativos legais que se relacionam com o uso racional e reúso de água no âmbito do governo federal, de governos estaduais e municipais.

8.3. Produto 3 - Subsídios Técnicos para norma legal do CNRH sobre uso racional e reúso de água

- Elaborar o Relatório técnico com a síntese dos produtos 1 e 2;
- Elaborar proposta de subsídios técnicos para norma legal do CNRH, que servirá de base para que a CTCT/CNRH possa elaborar minuta(s) de resolução(ões) e/ou moção(ões), a ser(em) discutida(s) no âmbito do Conselho; e
- Apresentar o Relatório técnico com a síntese das análises realizadas nos produtos 1 e 2, e a proposta de subsídios técnicos para norma legal, à CTCT/CNRH para coleta e incorporação das contribuições finais.

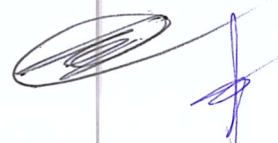
Obs. 7: A proposta de subsídios técnicos para norma legal deverá integrar o Relatório técnico síntese dos produtos 1 e 2 na forma de um ANEXO.

Obs. 8: Os subsídios técnicos para norma legal deverão seguir as diretrizes (Item 6) constantes neste TdR, com exceção da diretriz viii, que se refere exclusivamente aos relatórios a serem elaborados.

Obs. 9: Com base na proposta de subsídios técnicos para norma legal do CNRH, a CTCT/CNRH poderá decidir pela elaboração de uma ou mais minutas de resoluções e/ou moções, que passarão posteriormente pela análise e contribuições da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH). Caso aprovada(s) nesta última CT, a(s) minuta(s) seguem para deliberação pelo Plenário do CNRH, perfazendo-se assim todo o curso regimental de deliberação pelo Conselho.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os 3 (três) Produtos/Relatórios deverão ser apresentados da seguinte forma:



- Língua Portuguesa (Brasil);
- Conteúdo objetivo, escritos em linguagem clara e acessível ao público em geral;
- Para considerações iniciais e solicitação de correção caso necessário, em meio digital no formato Word (".DOC") - versão 97-2003 - ou similar, a ser definido pela Contratante;
- Após aprovação, em meio impresso, no formato A4, com encadernação espiral em 3 (três) vias;
- Após aprovação, em meio digital, nos formatos Adobe Acrobat (".PDF") e Word (".DOC" versão 97-2003) ou similar, a serem definidos pela Contratante.

10. PRAZOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todas as atividades e produtos especificados neste Termo de Referência deverão estar concluídos em um prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme Cronogramas Financeiro e de Atividades presentes nas Tabelas 1 e 2 abaixo, respectivamente.

Tabela 1 - Cronograma Financeiro.

Nº PRODUTO	MÊS (acumulado)	REMUNERAÇÃO (%)
01	ao final do 3º	25
02	ao final do 9º	50
03	ao final do 12º	25

Tabela 2 – Cronograma de Atividades dos trabalhos.

O cronograma de execução terá sequência conforme a Tabela 2 abaixo.

ATIVIDADES	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Produto 1												
Consolidação de Material da CTCT/CNRH sobre uso racional e reuso de água												
Produto 2												
Súmula dos conhecimentos sobre uso racional e reuso de água												
Produto 3												
Subsídios Técnicos para norma legal sobre uso racional e reuso de água												
Legenda		Reunião de partida										
		Reunião preparatória e participação na 3ª Oficina da CTCT/CNRH										
		Desenvolvimento das atividades previstas										
		Reuniões de consolidação e entrega dos produtos										

O início de uma atividade poderá ocorrer concomitante à entrega de um produto.

11. LOCAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

O local de execução dos serviços poderá ser no endereço do(a) Contratado(a), desde que viabilize seu deslocamento para reuniões na Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA), em Brasília-DF, sempre que demandado e/ou pertinente ao desenvolvimento do trabalho.

12. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

O(A) Consultor(a) requerido(a) para elaborar o trabalho deve possuir, minimamente:

- **Formação Acadêmica:** nível superior com pós-graduação em hidrologia, saneamento, recursos hídricos ou gestão ambiental;
- **Experiência profissional:** no mínimo 6 (seis) anos de experiência profissional em hidrologia, gestão de recursos hídricos, gestão ambiental ou saneamento; e
- **Conhecimentos complementares:** participação em pesquisas e em publicações técnicas e científicas nas áreas de recursos hídricos, gestão ambiental e/ou saneamento, com ênfase em uso racional e/ou reúso de água.

Os currículos deverão ser detalhados para permitir uma adequada análise por parte da Comissão de Avaliação.

13. MÉTODO DE SELEÇÃO

O método de seleção é o de Consultores Individuais, regido pelas ***“Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial”***, de maio de 2004, e suas revisões posteriores.

13.1. Análise de Currículo

Os currículos deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, no site do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para a análise e pontuação por parte dos membros que compõem a Comissão de Avaliação. Solicita-se especial atenção no que se refere ao preenchimento das informações referentes à experiência profissional. Os subcritérios referentes à experiência profissional encontram-se mencionados no item 12 deste TdR.

Nesta etapa não serão enviadas declarações nem comprovações. O candidato selecionado (melhor qualificado na análise curricular) deverá apresentar, por ocasião da Reunião de Negociação, toda a documentação comprobatória (experiência acadêmica e profissional), conforme apontado no currículo preenchido no site do IICA e pelo qual ele(a) foi selecionado(a). Além disso, na Reunião de Negociação o candidato selecionado deverá apresentar uma proposta técnica e financeira para o desenvolvimento do trabalho.

A Comissão de Avaliação definirá o(a) candidato(a) melhor qualificado(a) nesse certame com base na análise de currículo e o(a) informará por meio do e-mail do Programa INTERÁGUAS (interaguas@mma.gov.br).

13.2. Fase de Negociação

Será de inteira responsabilidade do(a) Candidato(a) apresentar a documentação comprobatória da formação acadêmica e de experiência profissional (originais e cópias que serão autenticadas por servidor(a) da SRHQ/MMA), além da proposta técnica e financeira, por ocasião da Reunião de Negociação. Nesta mesma ocasião discutir-se-ão os aspectos técnicos e financeiros da Contratação.

A Reunião de Negociação deverá ser registrada pela Contratada, e, ao final, as partes interessadas assinarão Ata de Reunião. Caso a negociação não seja exitosa, a SRHQ/MMA fará contato com o(a) próximo Candidato(a) selecionado na análise curricular, que seguirá os mesmos trâmites de seleção constantes neste item 13.

As despesas relacionadas com o deslocamento para o comparecimento à Reunião de Negociação serão custeadas pelo(a) Candidato(a) selecionado.

14. SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO

O Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DRH/SRHQ/MMA) possui como competência exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH (Art. 25, Inciso XI, Decreto nº 8.975/2017), assessorando as reuniões plenárias do CNRH e de suas Câmaras Técnicas, e apoiando a realização de eventos e estudos que subsidiem os trabalhos do Conselho. Portanto, considerando que este trabalho corresponde a iniciativa da CTCT/CNRH, a elaboração da Proposta de subsídios técnicos para norma legal do CNRH sobre uso racional e reúso de água será acompanhada por Analistas Ambientais do DRH. Assim, a internalização de seu conteúdo pelo CNRH estará devidamente intermediada e facilitada, com vistas a favorecer as discussões subsequentes sobre a proposta de normativo. A participação ativa da CTCT/CNRH e do Conselho é fundamental, já que estes contam com a participação de representantes de diversos órgãos públicos federais e estaduais, incluindo Especialistas da ANA, MCTI e MI, além de representantes dos setores usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

Detalhamento das responsabilidades:

- **DRH:** disponibilização das fontes de informações (insumos) pertinentes ao trabalho, e coordenação das atividades relacionadas à análise dos produtos, incluindo revisão preliminar e agendamento de reuniões da CTCT/CNRH para consolidação do material;
- **CTCT/CNRH:** acompanhamento das atividades, e, sempre que necessário e possível, dentro do cronograma, análise dos produtos antes e durante suas reuniões.

IICA: Após a aprovação pela entidade executora nacional do PCT, os produtos serão encaminhados ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA para fins de análise e aprovação subsidiárias, e posterior pagamento.

O(A) consultor(a) será demandado(a) pelo DRH para participação em um total de 5 (cinco) encontros, incluindo a 3ª Oficina da CTCT/CNRH e a apresentação dos produtos, sendo:

- 1 (uma) reunião de partida do projeto;
- 1 (uma) participação na 3ª Oficina da CTCT/CNRH; e
- 3 (três) participações em reuniões da CTCT/CNRH para apresentação e consolidação de cada um dos produtos.

Obs. 10: No dia anterior a cada uma das reuniões da CTCT/CNRH, o(a) consultor(a) deverá se reunir com a equipe do DRH para apresentação prévia dos Produtos, para últimos ajustes antes de sua apresentação à Câmara Técnica.

14.1. Envio e aprovação dos produtos

O(A) Consultor(a) enviará ao DRH, via correio eletrônico (*e-mail*), a versão preliminar dos relatórios correspondentes aos Produtos. O DRH então as encaminhará aos membros da CTCT/CNRH para contribuições e sugestões, com prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação. Neste prazo, a equipe do DRH também avaliará a versão preliminar dos Produtos.

Findo o prazo de manifestação pela CTCT/CNRH, a equipe do DRH terá um prazo de mais 5 (cinco) dias úteis para manifestação, por meio de parecer, considerando também as contribuições encaminhadas pela CTCT/CNRH. Neste prazo, o DRH agendará reunião com a CTCT/CNRH (pelo prazo regimental, a convocação é feita com 20 dias corridos de antecedência à realização da mesma).

Após o prazo de avaliação da versão preliminar, o(a) Consultor(a) terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para realizar as correções propostas no parecer do DRH e encaminhar a versão preliminar (com correções) de volta ao DRH, para envio junto aos documentos para as reuniões da CTCT/CNRH. O fim deste prazo (20 dias úteis, ou 26 dias corridos) coincide com as vésperas das reuniões da CTCT/CNRH, nas quais o(a) Consultor(a) deverá participar para a apresentação dos relatórios, com o objetivo de sanar dúvidas sobre os Produtos, e obter mais contribuições, caso existam.

Após a reunião da CTCT/CNRH, caso sejam solicitadas complementações durante a reunião, o(a) Consultor(a) terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para realizar as correções indicadas pela CTCT/CNRH e enviar o relatório em meio digital com os ajustes solicitados ao DRH, que avaliará se os ajustes foram incorporados, com um prazo de 5 (cinco) dias úteis, e emitirá o Parecer Conclusivo.

Caso aprovado no Parecer Conclusivo, o(a) Consultor(a) deverá entregar a versão final do produto em 05 (cinco) dias úteis. O pagamento será condicionado à aprovação dos Produtos.

Portanto, o prazo total entre o envio da versão preliminar do Produto ao DRH até a entrega da versão final será de 30 (trinta) dias úteis, ou 38 (trinta e oito) dias corridos.

Obs. 11: As atividades relativas à elaboração dos relatórios e participação nas reuniões da CTCT/CNRH (Item 8) serão desenvolvidas dentro deste prazo total, sendo que a elaboração dos relatórios já estará em andamento durante atividades anteriores.

A versão final de cada um dos RELATÓRIOS (1 a 3) deverá ser entregue pelo(a) Consultor(a) ao DRH de forma definitiva, em 03 (três) vias originais por meio impresso (papel formato A4, encadernados com capa plástica e espiral) e 03 (três) em formato digital.

Os produtos aprovados pela entidade executora nacional do PCT serão encaminhados ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA para fins de análise e aprovação subsidiárias, e posterior pagamento.

14.2. Reuniões de Acompanhamento

Conforme descrito anteriormente, ocorrerão 5 (cinco) reuniões presenciais entre o(a) Consultor(a) e a equipe do DRH ao longo do projeto.

A primeira (reunião de partida do projeto), que será no início do contrato, terá o objetivo de alinhamento conceitual, acertar critérios e procedimentos, e entrega das informações e documentos (insumos) que são de posse da Contratante e que são pertinentes ao trabalho.

As demais reuniões objetivam avaliar o progresso dos trabalhos, dirimir dúvidas, facilitar o acesso a outras informações de domínio do CNRH que sejam reconhecidas como relevantes ao longo do trabalho, resolver pendências, propor encaminhamentos, enfim, o que se faça necessário para a consolidação dos Produtos a partir da incorporação das sugestões dadas pela equipe do DRH e pela CTCT/CNRH. Portanto, nestas 3 (três) reuniões, com 2 (dois) dias cada, o(a) consultor(a) apresentará, no primeiro dia, os produtos à equipe do DRH, para últimos alinhamentos, e, no dia seguinte, fará a apresentação dos produtos à CTCT/CNRH, para coleta de demais contribuições.

Além destas reuniões, o(a) Consultor(a) será demandado para colaborar na organização (dia anterior à Oficina) e para participar da própria Oficina, sendo que as tratativas para a preparação da 3ª Oficina de trabalho da CTCT/CNRH (definição de palestrantes, demais convidados etc) ocorrerão via correio eletrônico entre o DRH e a Câmara Técnica, e deverão contar também com a colaboração do(a) Consultor(a).

As reuniões ocorrerão em Brasília/DF, na SRHQ/MMA.

Para cada reunião, o(a) Consultor(a) ficará responsável pelo material didático e pela apresentação oral, sendo que a ata da reunião e o registro de presença ficarão a cargo do DRH, que é responsável pela relatoria das reuniões da CTCT/CNRH.

O agendamento será acordado com o DRH, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, coincidindo com o prazo regimental da convocação das reuniões da CTCT/CNRH, conforme explicitado no Item 14.1.

A responsabilidade pela infraestrutura e organização de cada reunião de acompanhamento de atividades também será do DRH.

15. PROPRIEDADES

Todas as peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo(a) Contratado(a), fruto deste TdR, inclusive originais e arquivos em meio digital, independente dos meios de informação em que se encontrem produzidos sob este Contrato, deverão ser entregues antes da data de término do Contrato e pertencerão exclusivamente à Contratante. O conjunto das peças citadas anteriormente será incorporado ao acervo da SRHQ/MMA, podendo ainda ser publicado posteriormente conforme a vontade da contratante.

O(A) Contratado(a) não poderá fazer uso das informações produzidas relativas aos produtos, além do prazo deste TdR, a não ser que, expressamente, seja acordado entre as partes ou que seja devidamente registrado no Contrato.

16. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O(A) Candidato(a) interessado(a) nesse certame, caso ainda não tenha cadastro como consultor do IICA, deve cadastrar-se em <www.iicabr.iica.org.br/pessoa-fisica/>, em “Oportunidades”/“Pessoa Física”, selecionando a vaga desejada (Termo de Referência) e preenchendo os dados de currículo.

Caso o candidato seja cadastrado como Consultor do IICA, basta realizar *login* no sistema do IICA e optar por enviar o currículo para esta vaga. Não serão recebidos currículos por outros meios. Caberá ao(à) Candidato(a) explicitar, no currículo enviado, o atendimento aos requisitos desejados, com o período em meses de atuação em cada requisito.

O(A) Candidato(a) será responsável pelo pagamento de todos os encargos tributários, sociais e trabalhistas, referentes ao Contrato, de acordo com as leis brasileiras que regem a contratação de autônomo.

Não será proporcionado ao(à) Contratado(a) seguro social (INSS), por acidentes de trabalho, de saúde ou de vida, nem lhe serão concedidas férias, licença por enfermidade ou qualquer outro emolumento durante a vigência do Contrato.

Será vedado ao(à) Contratado(a) ceder quaisquer informações e/ou documentos objetos deste TdR, sem prévia autorização da Contratante.

O(A) Contratado(a) deverá executar as atividades constantes neste TdR de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

ANEXO I

ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS NAS ANÁLISES REQUERIDAS NOS PRODUTOS 1 E 2

- Identificar, nos normativos legais e técnicos, nacionais e internacionais (incluindo os vigentes e as propostas legislativas), e nos estudos acadêmicos analisados, os seguintes aspectos relevantes correlacionados ao uso racional e reuso de água:
 - a) conceitos consagrados;
 - b) diretrizes recorrentes e aplicáveis no Brasil;
 - c) programas e incentivos ao uso racional e ao reuso de água;
 - d) entraves legais e medidas propostas para superá-los; e
 - e) lacunas legais e propostas para supri-las, identificando quais destas propostas se enquadram na esfera de competência do CNRH.
- Identificar, nos projetos nacionais e internacionais analisados (incluindo os contemplados nos projetos em curso no âmbito do Governo Federal e os apresentados nas oficinas da CTCT/CNRH), os seguintes aspectos:
 - *Estudo preliminar (planejamento - anterior à execução):*
 - a) concepção do projeto (estratégias);
 - b) fontes de financiamento;
 - c) pesquisa e desenvolvimento;
 - d) parcerias envolvidas, quando houver;
 - *Desenvolvimento do objeto abordado (durante a execução):*
 - a) execução física e financeira;
 - b) modificações/adaptações necessárias ao sistema original;
 - c) limitações e desafios enfrentados.
 - *Monitoramento e Avaliação (durante e posteriormente à execução):*
 - a) tecnologias utilizadas;
 - b) problemas enfrentados;
 - c) soluções adotadas.
 - *Pontos Críticos (dificuldades para a implementação):*
 - a) fatores motivacionais;
 - b) limitações e desafios em termos de custos de implantação, manutenção, monitoramento;
 - c) limitações e desafios em termos de tecnologia;
 - d) limitações e desafios em termos de capacidades da equipe envolvida.

– *Cuidados necessários e soluções encontradas para que a implementação obtenha sucesso (diretrizes e recomendações):*

- a)** principais motivações;
- b)** incentivos existentes (possíveis e viáveis);
- c)** aspectos da gestão hídrica envolvidos (oferta, demanda, outorga, cobrança etc.);
- d)** soluções adotadas para a gestão, identificando aquelas passíveis de normatização dentro da esfera de competência do CNRH.



ANEXO II

USO INTERNO – NÃO PODE SER DIVULGADO ANTES DO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

NORMAS, LEGISLAÇÕES E PROPOSTAS LEGISLATIVAS PERTINENTES AO OBJETO DESTES TRABALHOS

Normas existentes	Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que “decreta o Código de Águas”;
	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”;
	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”;
	Norma NBR 13.969/97 –Tanques Sépticos –Unidades de Tratamento Complementar e Disposição Final dos Efluentes Líquidos – Projeto, Construção e Operação;
	Lei nº 9.884, de 17 de julho de 2000, que “dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências”;
	Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências” (Estatuto da Cidade);
	Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que “dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências”;
	Resolução CNRH nº 54, de 28 de novembro de 2005, que “estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água, e dá outras providências”;
	Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”;
	Norma NBR 15.527/07 – Aproveitamento de Água de Chuva em Áreas Urbanas para Fins Não Potáveis;
	Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que “regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências”;
	Resolução CNRH nº 121, de 16 de dezembro de 2010, que “estabelece diretrizes e critérios para a prática de reuso direto não potável de água na modalidade agrícola e florestal, definida na Resolução CNRH nº 54/2005”;
	Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, que “dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA”;
	Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que “Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade”.
	Decreto nº 8.141, de 20 de novembro de 2013, que “dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências”;
	Portaria Interministerial 571, de 5 de dezembro de 2013, que “estabelece diretrizes, metas e ações de saneamento básico para o País nos próximos 20 anos (2014-2033)”;
Propostas Legislativas	Projeto de Lei (PL) nº 3.636/2000, de autoria do Dep. Lincoln Portela, que “Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automático de água em todos os banheiros de uso coletivo”;
	PL nº 2.630/2007, do Dep. José Carlos Vieira, que “Dispõe sobre a adoção de providências visando economizar ou otimizar o uso da água, nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal”;
	PL nº 4.285/2008, do Dep. Lincoln Portela, que “Torna obrigatório o emprego, em toda nova edificação, de bacias sanitárias com caixas de descarga acopladas”;
	PL nº 4286/2008, do Dep. Lincoln Portela, que “Torna obrigatória a utilização de torneiras com dispositivos de fechamento automático em novas edificações”;
	Projeto de Lei do Sen. (PLS) nº 154/2009, de autoria do senador Marcelo Crivella, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (FUNREÁGUA)”;

Propostas Legislativas	PL nº 2.457/2011, “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas”;
	Substitutivo ao PL nº 2.457/2011, que “dispõe sobre a Política Nacional de Gestão e Manejo Integrado de Águas Urbanas, e dá outras providências; altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; a Lei nº 11.124, de 16 de julho de 2005; e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964”;
	PL nº 4.109/2012, do Dep. Laércio Oliveira, que “Institui o Programa Nacional de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas”;
	PL nº 7.818/2014, que “Institui a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais”;
	PLS nº 13/2015, que “Altera a Lei nº 9.433/97 e a Lei nº 11.445/07 para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água”;
	PLS nº 108/2015, do Sen. Wilder Moraes, que “Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico e dá outras providências, para criar incentivos ao uso moderado da água tratada e ao aproveitamento de águas pluviais e de reuso”;
	PL nº 531/2015, que “determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por Órgãos Públicos”;
	PL nº 731/2015, que “Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir a sustentabilidade ambiental entre as diretrizes estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e para dispor sobre a precedência, na utilização dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, dos projetos e programas que demonstrem a sustentabilidade ambiental do empreendimento habitacional”;
	PL nº 747/2015, que “Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, criando novas diretrizes e princípios para o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, Programa Minha Casa Minha Vida, e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos”;
	PL nº 1.283/2015, que “torna obrigatória a implantação de sistema de reuso direto não potável planejado de águas pluviais servidas em obras custeadas total ou parcialmente com recursos do Poder Público Federal ou por ele controlados”;
	PL nº 1.750/2015, que “dispõe sobre a construção de sistemas para captação e armazenamento de água da chuva nas edificações residenciais, comerciais e industriais”;
	PL nº 1.799/2015, do Dep. Roberto Sales, que “dá nova redação ao art. 25 da Lei 10.438, de 2002, para estimular a atividade de dessalinização de águas salgadas”;
	PL nº 2.198/2015, do Dep. Roberto Sales, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva para fins não potáveis nas edificações do poder público federal”;
	PL nº 2.245/2015, do Dep. Federal Veneziano Vital do Rêgo, que “altera a Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes”;
	PL nº 2.566/2015, do Dep. Macedo, “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para tornar obrigatória a captação e utilização de patamares mínimos de águas pluviais em edificações públicas, prédios comerciais e residenciais”;
	PL nº 3.401/2015, do Dep. Luiz Lauro Filho, “institui o Plano Nacional de Gestão, Conservação e Reuso de Água”;
	Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aos PLs nºs 7.818/2014, e 531, 2.198, 1.283, 2.566, 1.750 e 3.401, de 2015, que “altera as Leis nºs 9.433, de 1997 (Lei de Recursos Hídricos), 11.445, de 2007 (Lei do Saneamento Básico) e 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), para definir medidas de promoção do uso de águas pluviais e do reuso de águas servidas”.

Ressalta-se que, além das normas, legislações e propostas legislativas citadas no quadro anterior, outras iniciativas legais também devem ser contempladas, inclusive as das demais esferas de governo (estadual e municipal), e em normas e diretrizes internacionais.

Em relação ao reuso de água, por exemplo, existem no âmbito de estados e municípios diversas discussões ocorrendo sobre o tema, além de algumas legislações aprovadas, tais como nas cidades de Maringá/PR (Lei municipal nº 6076/2003) e São Paulo/SP (Lei municipal nº 13309/2002) e no Estado do Ceará (Lei estadual nº 16.033 de 20 de junho de 2016). Estas também deverão ser consultadas e agregadas ao material.